



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

TERMO DE REFERÊNCIA

MAIOR DESCONTO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial e reformas com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominado SINAPI, a serem executados na sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Avenida Maranhão, nº 1022, no município de Teresina, no Estado do Piauí.

Outubro/2021



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	4
4. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	5
5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	5
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	13
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	14
8. PROPOSTA	14
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	15
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16
11. PRAZO DE EXECUÇÃO.....	16
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	16
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	17
14. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	17
15. FISCALIZAÇÃO	20
16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	20
17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	22
18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – CODEVASF	25
19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	26
20. GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS	29
21. CONDIÇÕES GERAIS	30
22. ANEXOS	30



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial e reformas com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominado SINAPI, a serem executados na sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Avenida Maranhão, nº 1022, no município de Teresina, no estado do Piauí.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com o objeto desta contratação, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

MANUTENÇÃO – Conjunto de atividades que visam assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA – Serviços de caráter permanente, que obedecem a uma programação previamente estabelecida, apresentada em cronograma físico devidamente aprovado pela fiscalização, cujas etapas são cumpridas obedecendo a uma periodicidade pré-determinada e envolve programas de inspeção, reformas, reparos, entre outros.

MANUTENÇÃO CORRETIVA – Serviços esporádicos, ausentes de programação prévia, a serem executados em caráter eventual e/ou especial, devidamente apontado pela fiscalização e aprovado pela CODEVASF.

PRODUTOS OU RESULTADOS – São os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução dos serviços contratados.

ORDEM DE SERVIÇO – Documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução do contrato de prestação de serviços, que deverá estabelecer quantidades estimadas, prazos e custos da atividade a ser executada, e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) – São os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho para execução dos serviços, tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

capas plásticas.

BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS (BDI) – A taxa de Benefício e Despesas Indiretas é a margem de acréscimo que se deve aplicar sobre o custo direto para incluir as despesas indiretas e o benefício da construtora na composição do preço da obra.

SICAF – É o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores que viabiliza o cadastramento de fornecedores de materiais e serviços para os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal.

SICRO – É o Sistema de Custos Referenciais de Obras, que visa oferecer ao DNIT e às demais esferas governamentais e privadas envolvidas com a elaboração de orçamentos um padrão nacional de referência de custos dos diferentes componentes da infraestrutura de transportes, inclusive edificações.

SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, calculado mensalmente pelo IBGE através de convênio com a Caixa Econômica Federal que tem como objetivo a produção de informações de custos e índices de forma sistematizada e com abrangência nacional, visando a elaboração e avaliação de orçamentos, como também acompanhamento de custos.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional com sede em Brasília-DF e descentralização em Teresina – PI, através da 7ª Superintendência Regional (7ª/SR), em cuja jurisdição territorial localizar-se-ão os serviços objeto deste Termo de Referência.

GRA – Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico, a qual compete administrar e desenvolver recursos humanos, atividades auxiliares, finanças e contabilidade por meio das suas estruturas orgânicas vinculadas.

GRA/USA – Unidade Regional de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares, vinculada à GRA, responsável pelas atividades de manutenção e conservação dos bens imóveis.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambos com relação à execução dos serviços.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

PROPOSTA – Documento gerado pelo licitante que estabelece o percentual de desconto a ser aplicado sobre os preços da tabela do SINAPI para os serviços estipulados no Edital.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. O critério de julgamento da presente licitação será o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** ofertado sobre o valor global orçado, percentual esse que será aplicado sobre as tabelas do SINAPI, referentes ao Estado do Piauí, do mês vigente quando da execução dos serviços objeto deste Edital.

3.2. As tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) encontram-se no seguinte sítio eletrônico:

http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/SINAPI/index.asp

3.3. A composição e definição dos índices BDI a serem utilizados nesta licitação será o percentual de 26,97%, conforme Anexo VII deste Termo de Referência, para serviços de manutenção e reformas prediais, objeto deste Termo de Referência.

4. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, deverá ser realizada na sede da 7ª Superintendência Regional, localizada na Avenida Maranhão, nº 1022, Centro, no Município de Teresina, no Estado do Piauí.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A contratação visa à prestação de serviços comuns de engenharia, **sob demanda**, na manutenção preventiva e corretiva nos sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias, de combate e prevenção a incêndios, sistema de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como reconstituição das partes civis afetadas na estrutura da sede da 7ª Superintendência da CODEVASF, em Teresina – PI. A CONTRATADA deverá acompanhar a CONTRATANTE na eventualidade de mudança de endereço dentro do mesmo município.

5.2. Na execução do objeto deste Termo de Referência, a definição do preço global e unitário dos serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos nas tabelas do SINAPI, referente ao Estado do Piauí, vigente à época da execução do serviço demandado, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora.

5.3. Os principais tipos de serviços e insumos que serão demandados constam da tabela abaixo, podendo ser incluídos outros, se necessário, que sejam da mesma natureza do objeto deste Termo de Referência, a exemplo:



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ITEM	DESCRIÇÃO
1	ELEMENTOS ESTRUTURAIS
1.1	Fundações
1.2	Pilares
1.3	Vigas
1.4	Lajes
1.5	Rampas
1.6	Escadas
1.7	Elementos de apoio
2	ELEMENTOS DE COBERTURA
2.1	COBERTURA
2.1.1	Estrutura
2.1.2	Telhado
2.1.3	Cobertura de vidro
2.1.4	Cobertura de policarbonato
2.1.5	Cobertura metálica
2.2	DRENAGEM
2.2.1	Impermeabilização
2.2.2	Calhas e rufos
2.2.3	Grades, grelhas, correntes, ralos e condutores
3	ELEMENTOS DE FECHAMENTO OU VEDAÇÃO
3.1	Fechamento e Vedação
3.1.1	Alvenaria
3.1.2	Divisórias
3.1.3	Gesso
3.1.4	Tijolo de vidro
3.1.5	Tijolo aparente
3.1.6	Pedras
3.1.7	Vidro
3.1.8	Carenagens
3.1.9	Calafetações
3.2	COMPLEMENTOS
3.2.1	Ferragens
3.2.2	Grades
3.2.3	Guarda-corpos
3.2.4	Acessórios
3.3	Instalação, retirada e recolocação de divisórias (mudança de layout)



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

4	PISOS	
4.1	Revestimentos	
4.1.1	Cerâmicos	
4.1.2	Mármore e granitos	
4.1.3	Cimentado	
4.1.4	Madeira	
4.1.5	Carpetes	
4.1.6	Emborrachados	
4.1.7	Fitas antiderrapantes	
4.1.8	Juntas	
4.1.9	Rodapés	
4.1.10	Peitoris	
4.1.11	Soleiras	
4.1.12	Porcelanato	
4.1.13	Sinteco	
4.1.14	Pastilha de vidro	
4.1.15	Pedras	
4.1.16	Granilite	
4.1.17	Piso Industrial	
4.2	PISOS ELEVADOS	
4.2.1	Aço e concreto celular	
4.2.2	PVC reforçado	
4.3	PAVIMENTAÇÃO EXTERNA	
4.3.1	Cerâmico	
4.3.2	Blocos de concreto	
4.3.3	Paralelepípedos	
4.3.4	Concreto	
4.3.5	Pedras	
4.3.6	Piso Industrial	
4.4	FORRO	
4.4.1	Forro de gesso	
4.4.2	Forro de fibra mineral	
4.4.3	Forro de Isoterm	
4.4.4	Forro colmeia	
4.4.5	Forro metálico	
4.4.6	Forro de madeira	
4.4.7	Forro de PVC	
4.4.8	Alçapões	
4.4.9	Instalação, retirada e recolocação de forro	



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

5	PINTURA	
5.1	INTERNA	
5.1.1	Comum	
5.1.2	Segurança	
5.1.3	Decorativa	
5.1.4	Piso	
5.2	EXTERNA	
5.2.1	Comum	
5.2.2	Segurança	
5.2.3	Anti-pichação	
5.2.4	Decorativa	
5.2.5	Piso	
5.2.6	Verniz	
5.2.7	Hidro-repelente	
5.2.8	Impermeável	
5.3	ESPECIAIS	
5.3.1	Tubulações	
5.3.2	Estacionamento	
5.3.3	Esquadrias	
5.3.4	Grades	
5.3.5	Janelas, Portas e Portões	
5.3.6	Puxadores	
5.3.7	Acessórios	
6	ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS	
6.1	ESQUADRIAS	
6.1.1	Esquadrias de alumínio	
6.1.2	Esquadrias de ferro	
6.1.3	Esquadrias de madeira	
6.1.4	Janelas	
6.1.5	Portas	
6.2	FERRAGENS E ACESSÓRIOS	
6.2.1	Fechaduras, dobradiças, e ferragens em geral	
6.2.2	Molas de piso	
6.2.3	Molas aéreas	
6.2.4	Puxadores	
6.2.5	Películas para Vidros	
6.2.6	Brises	
6.2.7	Grades	
6.2.8	Persianas	



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

6.2.9	Corrimãos	
7	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	
7.1	INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA	
7.1.1	Hidrômetro	
7.1.2	Reservatório	
7.1.3	Bombas hidráulicas	
7.1.4	Válvulas e caixas de descargas	
7.1.5	Registros, torneiras e metais sanitários	
7.1.6	Tanques e louças em geral	
7.1.7	Acessórios de banheiro para PPNE	
7.1.8	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)	
7.1.9	Limpeza de caixas e reservatórios	
7.1.10	Impermeabilização de caixas d'água	
7.2	INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA QUENTE	
7.2.1	Bombas hidráulicas	
7.2.2	Registros, torneiras e metais sanitários	
7.2.3	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)	
7.2.4	Aquecedores e acessórios	
7.2.5	Válvulas reguladoras de pressão	
7.2.6	Tanques hidropneumáticos e acessórios	
7.2.7	Isolamentos	
7.3	INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO SANITÁRIO	
7.3.1	Poço de recalque	
7.3.2	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)	
7.3.3	Ralos e aparelhos sanitários	
7.3.4	Fossas sépticas	
7.3.5	Filtro anaeróbico	
7.3.6	Sumidouro	
7.3.7	Vala de infiltração	
7.3.8	Caixas coletoras e caixas de gordura	
7.3.9	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)	
7.3.10	Ventilação	
7.3.11	Limpezas de sistema de esgoto em geral	
7.4	INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS	
7.4.1	Poço de recalque	
7.4.2	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)	
7.4.3	Ralos e grelhas	
7.4.4	Caixas de inspeção e caixas de areia	
7.4.5	Sarjeta e boca de lobo	



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

7.5	INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	
7.5.1	Extintores	
7.5.2	Hidrantes completos e Sprinklers	
7.5.3	Mangueiras	
7.5.4	Bombas hidráulicas	
7.5.5	Válvulas	
7.5.6	Equipamentos de medição	
7.5.7	Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)	
7.5.8	Placas de sinalização	
8	COMUNICAÇÃO VISUAL	
8.1	SINALIZAÇÃO INTERNA	
8.1.1	Totens e painéis	
8.1.2	Adesivos e películas	
8.1.3	Placas	
8.1.4	Placas de mesa	
8.1.5	Sinalização de piso	
8.1.6.	Sinalização das salas	
8.2	SINALIZAÇÃO EXTERNA	
8.2.1	Totens e painéis	
8.2.2	Adesivos e películas	
8.2.3	Bandeiras	
8.2.4	Placas	
9	GERAL	
9.1	SERVIÇOS GERAIS	
9.1.1	Furações	
9.1.2	Fixações	
9.1.3	Montagem e desmontagem de mobiliários e divisórias	
9.1.4	Armários de banheiro	
9.1.5	Armários de copa	
9.1.6	Suportes diversos	
9.1.7	Serralheria e Sotas em geral	
9.1.8	Portões automáticos e cancelas	
9.1.9	Poda de árvores	
9.1.10	Muro e alambrado	
9.1.11	Guarita de vigilância	
9.1.12	Exaustores eólicos	
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	
10.1	ENTRADA EM MT (Média Tensão) E BT (Baixa Tensão)	
10.1.2	Entradas de energia	
10.1.3	Entradas em MT e BT	



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

10.1.4	Ramais de entrada	
10.1.5	Transformadores	
10.1.6	Disjuntores de MT e BT	
10.1.7	Chaves seccionadores MT e BT	
10.1.8	Pára-raios	
10.1.9	Barramentos e conectores	
10.1.10	Sistema de aterramento	
10.1.10	Medição BT e MT	
10.2	QUADROS ELÉTRICOS	
10.2.1	Quadros Gerais de Distribuição	
10.2.2	Quadros de Força e Luz	
10.2.3	Quadros de Automoção e Controle	
10.2.4	Quadros de Energia Estabilizada	
10.2.5	Identificação e proteção de quadros	
10.2.6	Identificação de circuitos e rede	
10.3	SPDA (Sistema de proteção e descargas atmosféricas)	
10.3.1	Captores	
10.3.2	Pontaletes e Isoladores	
10.3.3	Cabos de Gaiolas e de Descida	
10.3.4	Hastes e Cabos Enterrados	
10.3.5	Conectores e Terminais de Medição	
10.4	SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO	
10.4.1	Luminárias para Lâmpadas Fluorescentes	
10.4.2	Outros tipos de aparelhos de iluminação	
10.4.3	Sistemas de Comando e Dispositivos de Controle	
10.4.4	Iluminação de Emergência	
10.4.5	Iluminação de Alerta e Sinalização	
10.4.6	Iluminação de fachada	
10.4.7	Lâmpadas fluorescentes tubulares	
10.4.8	Lâmpadas fluorescentes compactas	
10.4.9	Lâmpadas fluorescentes eletrônicas	
10.4.10	Lâmpadas incandescentes comuns e mistas	
10.4.11	Lâmpadas Halógenas	
10.4.12	Lâmpadas tipo dicroica	
10.4.13	Lâmpadas de vapor metálico	
10.4.14	Lâmpadas de vapor de mercúrio	
10.4.15	Lâmpadas tipo Spot	
10.4.16	Lâmpadas tipo LED	
10.4.17	Soquetes e bocais	
10.4.18	Reatores diversos	
10.4.19	Luminária para lâmpadas fluorescentes	



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

10.4.20	Outros tipos de aparelhos de iluminação	
10.5	PONTOS DE FORÇA	
10.5.1	Tomadas de uso comum	
10.5.2	Tomadas para equipamentos especiais	
10.5.3	Tomadas em equipamentos tipo Rack	
10.5.4	Tomadas de sistemas estabilizados	
10.5.5	Tomadas de uso comum	
10.6	SISTEMAS DE ENERGIA ESTABILIZADA	
10.6.1	No Breaks para automação	
10.6.2	Sistemas monofásicos	
10.6.3	Sistemas bifásicos	
10.6.4	Sistemas Trifásicos	
10.6.5	Bancos de baterias	
10.6.6	Short-Breaks Uso Geral	
10.6.7	Estabilizadores de tensão Mono, Bi e Trifásicos	
10.7	GERADORES DE ENERGIA	
10.7.1	Bancos de capacitores	
10.7.2	Capacitores individuais acionados por intertravamento	
10.7.3	Capacitores controlados por dispositivos automáticos	
10.7.4	Geradores de energia	
10.8	MÁQUINAS ELÉTRICAS	
10.8.1	Conjunto tipo motobombas de recalque	
10.8.2	Conjunto Motobombas de drenagem	
10.8.3	Motores elétricos	
11	SISTEMA DE TELEFONIA E LÓGICA	
11.1	Entradas Telefônicas	
11.2	Quadros gerais de telefonia	
11.3	Quadros parciais de telefonia	
11.4	Sistemas primários de distribuição	
11.5	Sistemas secundários de distribuição	
11.6	Redes tipo Back-bone de dados	
11.7	Redes horizontais de dados	
11.8	Racks de sistemas de cabeamento estruturado	
11.9	Testes e Certificações de redes	
11.10	Identificação dos pontos	
11.11	Cabos elétricos nus	
11.12	Cabos e fios elétricos isolação até 1 KV	
11.13	Cabos e fios telefônicas internos e externos	
11.14	Cabos UTP, STP, FTP, FSTP	



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

11.15	Cabos coaxiais (RG/RF 59)	
11.16	Radiocomunicação	
11.17	Acessórios	
12	SISTEMA E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO	
12.1	Protetores contra surtos para redes elétricas	
12.2	Protetores contra surtos para telefonia	
12.3	Protetores contra surtos para radiocomunicação	
13	SISTEMA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	
13.1	Câmeras	
13.2	Cabeamento	
13.3	Fontes estabilizadas	
13.4	Sistemas de armazenamento	
14	SISTEMA DE SOM	
14.1	Cabeamento	
14.2	Alto-falantes (caixa de som)	
14.3	Mesa de som e componentes.	

5.4. Na execução das manutenções prediais, a definição do preço global dos serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI, aplicando-se o desconto ofertado na licitação.

5.5. O levantamento dos preços deverá ser de acordo com os valores atuais de mercado, considerando, prioritariamente, a base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI, da localidade Piauí.

5.6. As tabelas do SINAPI são elaboradas por Estado da Federação e atualizadas mensalmente.

5.7. Nos casos em que a tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, nesta ordem de prioridade:

5.7.1. Tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI (como exemplo SICRO do DNIT), aplicando-se o desconto ofertado na licitação;

5.7.2. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser apurada a média entre três cotações e sobre ela aplicar o mesmo desconto ofertado na licitação, observando o texto do Art. 3º do Decreto nº 7.983, de 8 abril de 2013.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

5.8. Deverá ser elaborada, previamente à emissão da ordem de serviço, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços, os seguintes documentos:

- 5.8.1. Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos;
- 5.8.2. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada no SINAPI;
- 5.8.3. Planilha com as composições analíticas de fontes não SINAPI, se for o caso;
- 5.8.4. Cronograma físico e cronograma físico-financeiro.

5.9. Toda e qualquer fonte de dados ou sistema a ser utilizado para a execução do serviço contratado deverá ser submetido à aprovação da fiscalização. Essa exigência vale também para os casos em que, excepcionalmente, as composições constantes na planilha não possuam referência em bases de dados oficiais. Deverão ser submetidas à fiscalização uma listagem (pesquisa de mercado) com o mínimo de três cotações de preços de empresas do mercado local, sendo que deverá ser considerado a de valor médio, aplicando-se o desconto ofertado na licitação.

5.9.1. Deverá ser confeccionada planilha de fontes dos dados das precificações onde deverão estar informados, por item, de modo a ser verificado com clareza, qual a origem de cada composição. Deverá, também, ser confeccionada planilha de referência de custos, na qual estarão relacionadas, analiticamente, todas as composições utilizadas que não pertençam ao sistema SINAPI.

5.9.2. Todos os documentos deverão ser entregues, em uma via impressa, devidamente assinada por profissional habilitado com a devida ART (§ 4º do Art. 127 da Lei 12.309, de 09 de agosto.2010) e em meio digital, em formato compatível com softwares livre e também no formato original do programa em que for gerado o arquivo.

5.10. As quantidades constantes da planilha orçamentária deverão estar fundamentadas na memória de cálculo. Deverá ser elaborada memória de cálculo da planilha orçamentária, mencionando a metodologia utilizada na quantificação dos itens do orçamento de forma clara e objetiva.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas do ramo, individualmente, que estejam previamente credenciadas no SICAF, preencham os requisitos de habilitação e atendam as exigências previstas no TR e seus anexos.

6.2. CONSÓRCIO

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

6.3 SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. É permitida a subcontratação parcial, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

6.3.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Codevasf, sendo de incumbência da empresa avaliar se a subcontratação cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

6.3.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da empresa pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Codevasf pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

6.3.3. A subcontratação prevista no item anterior não produzirá nenhuma relação jurídica direta entre a Codevasf e a subcontratada, não cabendo a esta demandar contra a Codevasf por qualquer questão relativa ao vínculo que mantém com a empresa.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, as quais deverão declarar, sob as penas da Lei, que atendem aos requisitos legais estabelecidos para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

7. VISITA AO LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1. As licitantes poderão visitar o local onde serão executados os serviços objeto deste Termo de Referência, localizado na Avenida Maranhão, nº 1022, Centro, Teresina – PI, sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, com o objetivo de levantar todas as condições necessárias para a total e perfeita elaboração de sua proposta, em consonância com as especificações técnicas, esclarecendo, nesta oportunidade, todas as dúvidas inerentes ao objeto deste edital.

7.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "*in loco*" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

7.3. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

7.4. A visita aos locais de execução dos serviços deverá ser marcada com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas, contatando a 7ª/GRA/USA, através do telefone: (86) 3215-0123, devendo ser realizada nos horários de 08:00 às 12:00 horas ou de 13:30 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

7.5. Na data e horário marcados para visita, o representante da licitante deverá comparecer à 7ª Superintendência Regional da CODEVASF munido de documento que o identifique como representante da empresa.

7.6. Como comprovação da visita aos locais onde serão executados os serviços, a licitante deverá apresentar a Declaração de Visita conforme modelo constante no Anexo VI deste TR.

8. PROPOSTA



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

8.1. A proposta de preço deverá ser apresentada conforme Anexo II – Modelo de Proposta, na qual constará:

8.1.1. Razão social, endereço completo, telefone e e-mail da empresa proponente;

8.1.2. O percentual de desconto ofertado para o item;

8.1.3. Detalhamento do BDI para prestação dos serviços estruturais de manutenção do prédio – ANEXO VI, devendo ser observado o valor orçado pela Codevasf de 26,97%.

8.2. Não serão aceitas propostas com percentual de desconto de valor igual a zero.

8.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – do profissional, expedida(s) por este Conselho, que comprovem que a licitante tenha executado serviços de manutenção predial e/ou reformas com fornecimento de material.

9.2. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços de manutenção predial e reformas com fornecimento de material, expedido pelo CREA, através da Certidão de Acervo Técnico – CAT.

9.2.1. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

- a) O empregado;
- b) O sócio;
- c) O detentor de contrato de prestação de serviço.

9.2.2. A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

9.2.3. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma.

9.2.4. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

9.3. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CODEVASF.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

9.4. Declaração, da própria licitante, de que efetuou vistoria nos locais dos serviços e que conhece as condições em que serão executados, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos serviços objeto desta licitação o valor global máximo de R\$ 120.464,40 (cento e vinte mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

10.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos Programas de Trabalho nº. 04.122.2111.2000.0001 – Administração da Unidade – Nacional e nº 15.451.2217.1073.0001 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, sob gestão da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua celebração, não podendo exceder a 5 (cinco) anos, na forma do Art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

11.2. O prazo de execução de cada ordem de serviço será de acordo com os índices de produtividade definidos na tabela SINAPI para os serviços a serem executados, ou conforme acordado com a fiscalização.

11.3. Nos casos em que a tabela SINAPI não oferecer índices de produtividade, o prazo de execução da ordem de serviço será apresentado no cronograma citado no item 5.8.4 devendo ser aprovado pela fiscalização.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados da apresentação da fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA.

12.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.3. Na hipótese de irregularidade no cadastro ou habilitação no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 3 (três) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

12.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar (Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012).



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

12.5. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. O percentual de desconto não sofrerá reajuste durante a vigência do contrato.

14. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

14.2. A CONTRATADA deverá atender todas as demandas da CODEVASF para a execução dos serviços de manutenção predial e reformas, que serão solicitadas mediante a emissão de ordens de serviços (OS) levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do fiscal da contratação e poderão ser precedidas, ou não, de proposta de orçamento, solicitada previamente à CONTRATADA.

14.3. O período para execução dos serviços de manutenção predial ou reformas será, em regra, de segunda a sexta-feira de 08:00 às 12:00 e de 13:30 às 17:30 horas, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execução no período mencionado anteriormente, a critério do fiscal, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno, com prévia autorização de acesso às dependências da 7ª/SR.

14.4. Os serviços de manutenção somente serão realizados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS) e aprovação do respectivo orçamento pela fiscalização.

14.5. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por funcionário designado para a fiscalização.

14.6. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após aprovação do orçamento, exceto nas situações emergências, em que a execução do serviço deverá ser em até 01 (uma) hora do envio da ordem de serviço.

14.7. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CODEVASF, e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

14.8. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.

14.9. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-ão da seguinte forma:

14.9.1. **PROVISORIAMENTE:** em até 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de vistoria pela fiscalização.

14.9.2. **DEFINITIVAMENTE:** em até 90 (noventa) dias contados da vistoria, mediante a lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

14.9.3. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

14.10. Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados deverão ter garantia mínima de 1 (um) ano, contado do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços.

14.11. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

14.12. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.

14.13. As ORDENS DE SERVIÇOS serão emitidas pela CONTRATANTE, de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade, e serão classificadas em:

14.13.1. **ORDENS DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS** – Definem-se como emergenciais os serviços, como o próprio nome indica, que não podem esperar, que devem ser executados em curto intervalo de tempo, pois a demora na sua execução poderá ensejar aumento dos transtornos e/ou prejuízos causados aos usuários das instalações.

14.13.1.1. A título exemplificativo, a tabela seguinte elenca alguns serviços emergenciais que poderão ser objeto de solicitação futura:

01	Colagem de carpetes
02	Confecção de extensões
03	Conserto de descarga de vaso e de mictório
04	Correção de curto-circuito, verificação de falta de energia
05	Desentupimento de pia, mictório, vaso, tubulação
06	Instalação de luminárias, circuitos elétricos
07	Manutenção de portões eletrônicos, janelas
08	Passagem de cabos
09	Substituição de torneiras, bóias, registros, troca de carrapetas, troca de reparos de válvulas
10	Troca de lâmpada, tomadas, reatores, interruptores, disjuntores.
11	Troca de sifão (pia), rabichos
12	Verificação de falta de água, detecção e eliminação de vazamentos (torneira, chuveiro, tubulações)

14.13.1.2. As ordens de serviços emergenciais deverão ser iniciadas em até 1 (uma) hora, a contar do envio da solicitação.

14.13.1.3. Iniciado o atendimento emergencial, a intervenção deverá ser concluída o mais rápido possível, objetivando minimizar os transtornos/prejuízos causados aos usuários. Para tanto, a CONTRATADA deverá providenciar, com antecedência, kits de ferramentas e de materiais



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

comumente empregados em consertos emergenciais, especialmente nas áreas de hidráulica e eletricidade.

14.13.1.4. A demora para dar início ou para concluir os atendimentos emergenciais e ordinários por falta de ferramentas e/ou materiais adequados ou por falta de habilidades técnicas do profissional deverá ser comunicada pela fiscalização de imediato à CONTRATADA e, posteriormente, à Administração em relatório para as providências cabíveis.

14.13.1.5. A lista anterior de serviços emergenciais não é exaustiva e poderão ser solicitados pela Administração outros serviços, de acordo com as tabelas SINAPI.

14.13.2. **ORDENS DE SERVIÇOS ORDINÁRIAS** – Definem-se como ordinários os serviços que poderão ser programados para execução em prazos a serem acordados entre a Fiscalização da Contratante e a Contratada, não necessitando, portanto, de atendimento imediato. Outro fator que justifica um intervalo maior para a conclusão desses serviços é a necessidade de aquisição de materiais específicos para sua conclusão.

14.13.2.1. A título exemplificativo, a tabela seguinte elenca alguns serviços ordinários que serão executados nesta contratação e que poderão ser objeto de solicitação futura:

01	Fixação de portas e prateleiras de armários
02	Fixação de quadros, molduras, tanques, suportes
03	Fixar papeleiras, porta copos e saboneteiras
04	Instalação de canaletas, tomadas, confecção de extensão
05	Instalação de eletro calhas
06	Instalação de lâmpadas, reatores, refletores, placas
07	Instalação de luminárias de emergência
08	Instalação de molas de portas, substituição de fechaduras, dobradiças, trincos
09	Instalação luminárias, prateleiras
10	Limpeza de caixas de recalque
11	Limpeza de grelhas, ralos e calhas
12	Pintura de parede, teto e piso
13	Pintura de tubulação de esgoto, incêndio e água potável
14	Regular porta, janela
15	Remanejamento de luminárias
16	Reparo em piso laminado
17	Reparo no forro de gesso, pinturas e rodapés
18	Reparo no forro, meio fio e calçadas
19	Substituição de torneiras, chuveiros, tubulações, ducha higiênica
20	Troca de assento de vaso, sifão (pia)

14.13.2.2. A lista anterior de serviços ordinários não é exaustiva e poderão ser solicitados pela Administração outros serviços, de acordo com as tabelas SINAPI.

14.13.2.3. Quando a ordem de serviço ordinária necessitar da aquisição de materiais específicos para sua conclusão, a fiscalização poderá fixar prazo diferenciado para a execução da ordem de serviço, que deverá ser consignado no ato da emissão da OS ou posteriormente, a pedido da CONTRATADA.

14.13.3. **ORDENS DE SERVIÇOS ESPECÍFICOS** – Definem-se como específicos os serviços que demandam a intervenção de mais de um profissional de áreas afins, tais como: alvenaria, pintura,



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

eletricidade, hidráulica, dentre outras; ou nos casos em que os serviços e/ou materiais requeridos em face de determinada demanda afeta ao objeto da contratação não figurarem nas tabelas SINAPI, de modo que os respectivos orçamentos não possam ser referenciados por um destas tabelas, devendo os custos serem aferidos pela média de preços do mercado.

14.13.3.1. A título exemplificativo, a tabela seguinte elenca alguns serviços específicos que foram executados na contratação vigente e que poderão ser objeto de solicitação futura:

01	Assentamento de pisos emborrachados, cerâmicos e porcelanato
02	Automação de portões, Instalação de portas, grades e gralhas
03	Confecção de paredes de gesso acartonado (dry hall)
04	Conserto de bombas de sistema de combate a incêndios
05	Conserto de sistema SPDA
06	Demolição de paredes, pisos e calçadas
07	Impermeabilização de caixas d'água subterrâneas
08	Instalação de bombas de recalque
09	Instalação de divisórias com revestimento acústico
10	Instalação de forro de gesso e de forro mineral
11	Instalação de infraestrutura elétrica par ar condicionados
12	Instalação de placas de granito, mármore, carpetes
13	Instalação de portas, portais, alisares, fechaduras e janelas
14	Instalação e remoção de divisórias
15	Pintura de fachadas, meio fios e pisos cimentado
16	Pintura de teto, salas e paredes
17	Reforma de salas de reuniões, Gabinetes da Presidência e Diretores, copas e banheiros
18	Reparos de telhado, calçadas e pisos
19	Serviços de impermeabilização
20	Substituição de quadros elétricos, reparos na rede elétrica

14.13.3.2. A lista anterior de serviços específicos não é exaustiva e poderão ser solicitados pela Administração outros serviços, de acordo com as tabelas SINAPI.

14.14. As ordens de serviços emergenciais e ordinárias dispensam a etapa de orçamento prévio para a execução dos serviços. No entanto, os custos de cada intervenção com serviços e materiais deverão ser demonstrados à CONTRATANTE, para análise, preferencialmente no mesmo dia da conclusão dos serviços, ou até cinco dias úteis após a execução das ordens de serviços, quando serão avaliados pelo gestor/fiscal.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização da contratação será exercida por uma comissão, compostas por profissionais habilitados no CREA, sendo um engenheiro civil e um eletricitista, um representante do setor de informática e um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

15.3. A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelos órgãos competentes.

16.2. Em se tratando de área de preservação, os serviços deverão ser pautados também segundo plano de manejo da área em questão.

16.3. Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo e, ainda o previsto abaixo:

16.3.1. Sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

16.3.2. Sejam observados, quando possível, os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

16.4. Os materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

16.5. Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

16.6. Seja priorizado o uso exclusivo de lâmpadas leds de alto rendimento e de luminárias eficientes, dependendo de cada caso.

16.7. Priorizar a utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção.

16.8. Deverá priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

16.9. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

16.10. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído na Lei Municipal nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2017.

16.11. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

16.12. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

16.13. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos/entidades, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

16.14. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

16.15. Dar a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

16.16. A qualquer tempo, a CODEVASF poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados no que se refere aos impactos ambientais.

16.17. A CONTRATADA deverá retirar, sob orientação da fiscalização, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CODEVASF.

16.18. As embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes e plano de manejo.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

17.2. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado.

17.3. Designar preposto, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

17.4. O preposto designado deverá informar endereços, telefones (fixo e celular) e e-mail ao fiscal do contrato, devendo atender aos chamados da CODEVASF, no prazo máximo de 1 (uma) hora para serviços emergenciais e para os demais serviços conforme acordado entre as partes.

17.5. Submeter à CODEVASF, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela CONTRATANTE.

17.6. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários.

17.7. Durante a execução dos serviços a contratada deverá manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das reclamações e solicitações da fiscalização.

17.8. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA.

17.9. Substituir, sempre que exigido pela CODEVASF e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

17.10. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CODEVASF, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do Artigo 76, da Lei nº 13.303/2016.

17.11. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados com o mínimo de transtorno para a CODEVASF, devendo, para tanto, programar a sua execução em conjunto com a fiscalização, podendo ser realizada em finais de semana e feriados.

17.12. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços.

17.13. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere à CODEVASF a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

17.14. Assumir total responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato.

17.15. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

- 17.16. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.
- 17.17. Dar ciência à fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.
- 17.18. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CODEVASF, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.
- 17.19. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
- 17.19.1. Descrição dos serviços realizados.
- 17.19.2. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
- 17.20. Informar à fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome e os respectivos números da carteira de identidade de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado na CODEVASF.
- 17.21. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relação ao contrato com a CODEVASF.
- 17.22. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 69, IX, da Lei nº 13.303/2016, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA.
- 17.23. Fornecer, além do uniforme, os equipamentos de proteção individual (EPI's) a todos os empregados, cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.
- 17.24. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços.
- 17.25. Não vincular, sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pela CODEVASF.
- 17.26. Apresentar por ocasião da execução dos serviços a serem prestados à CODEVASF a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei 13.309 de 09 de agosto de 2010.
- 17.27. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- 17.28. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CODEVASF.
- 17.29. Proibir a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

17.30. Os serviços deverão ser executados por mão de obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais vigentes que dispuserem sobre normas de segurança contra incêndio e pânico, conservação de fachadas, instalação de pára-raios, limpeza e higienização dos reservatórios de água, entre outras.

17.31. A CONTRATADA deverá ter à frente dos serviços, um profissional devidamente habilitado (Responsável Técnico), além de ter um Encarregado de Atendimento, bem como pessoal especializado nas diversas atividades para acompanhamento das demandas, cujos nomes deverão ser informados à CODEVASF por ocasião do início dos trabalhos.

17.32. Cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados.

17.33. Fornecer todas as ferramentas e os equipamentos a serem utilizadas nas atividades de manutenção predial e reformas.

17.34. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

17.35. A CONTRATADA deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da Lei nº 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – CODEVASF

18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

18.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

18.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de um empregado especialmente designado para esse fim.

18.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

18.5. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações.

18.6. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

18.7. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a mesma responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.

18.8. A Codevasf elaborará o Plano Básico de Manutenção Preventiva e Corretiva anualmente, 30 dias após assinatura do contrato e sua renovação, se for o caso (Anexo IV), podendo ser readequado sempre que houver necessidade.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2 Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

19.2.1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

19.2.2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no dia fixado.

19.2.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

19.2.4. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.5. **Multa de:**

19.2.5.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

19.2.5.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.5.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.5.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

19.2.5.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

19.3 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.6 As sanções previstas nos subitens 19.2.4, 19.4, 19.5 poderão ser aplicadas à Contratada combinadas as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.7 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2:

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	01

19.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, II e III da Lei nº 13.303, de 2016, as empresas ou profissionais que:

19.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

19.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 9.784, de 1999.

19.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

20.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia dos serviços executados pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data do recebimento definitivo dos serviços e, para os materiais empregados pelo prazo ofertado pelo fabricante.

20.2. Durante o prazo da garantia, a CONTRATADA deverá consertar ou refazer os serviços que apresentarem defeitos, não sendo permitido transferir sua responsabilidade a terceiros, mesmo que fabricantes.

20.3. Tratando-se de vício oculto, o prazo acima iniciará no momento em que ficar evidenciado o defeito.

21. CONDIÇÕES GERAIS

21.1. Este Termo de Referência e seus anexos serão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA.

21.2. Todas as questões relativas à realização do presente certame licitatório, independentemente de sua natureza ou espécie, serão respondidas e/ou divulgadas, exclusivamente, por meio do Sistema ComprasNet.

22. ANEXOS

22.1. São, ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Modelo de Proposta
- Anexo III – Modelo de Ordem de Serviço
- Anexo IV – Modelo de Plano Básico de Manutenção
- Anexo V – Declaração de Visita
- Anexo VI – Detalhamento do BDI



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos serviços a serem contratados, previstas no Termo de Referência e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

A contratação de empresa especializada para execução deste serviço justifica-se pela necessidade de manutenção do prédio sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF em perfeito estado de funcionamento, através da realização de manutenções preventiva e corretiva dos serviços integrados às instalações prediais, sistemas de combate a incêndio, sistema de aterramento, sistema elétrico (instalações elétricas de alta e baixa tensão, iluminação em geral), sistema de telefonia, sistema de segurança e vigilância eletrônica, serviços de alvenaria, serralheria e vidraçaria, e demais instalações físicas como pisos, forros, esquadrias, pintura, cobertura/telhado, vidros, pavimentação, portões, alambrados, caixas d'água e guaritas nas dependências da CODEVASF.

Outrossim, faz-se necessária a contratação de empresa de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais, uma vez que não se dispõe de recursos humanos no quadro de pessoal para realização dessa atividade. A contratação dar-se-á em função dos serviços serem de natureza comum, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, e deixar de fazê-lo poderá comprometer a continuidade das atividades administrativas e operacionais ora desempenhadas, sendo, portanto, tais serviços considerados imprescindíveis e necessários ao bom funcionamento da CODEVASF.

Por fim, a forma de contratação aqui proposta busca viabilizar maior economia e rapidez na execução das manutenções prediais necessárias, tendo em vista a quantidade de solicitações urgentes para reparos e manutenções nas unidades desta regional.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO

A modalidade de licitação adotada será Pregão Eletrônico considerando que o objeto a ser licitado corresponde a bens e serviços comuns de engenharia e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela Administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta neste Termo de Referência.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimentos/serviços seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e seus anexos definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento/ serviços que serão contratados.

Do valor estimado: A Codevasf se propõe a pagar pelos serviços objeto desta licitação o valor global máximo estimado de R\$ 120.464,40 (cento e vinte mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

Permite participação de consórcios: Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo possível a participação de empresas isoladas com condições de cumprir o objeto da presente licitação.

Critério de julgamento: Maior desconto.

Sustentabilidade Ambiental: Deverão ser atendidos no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/ MPOG e demais normas legais vigentes..

Garantia do Objeto: Prazos estabelecidos no item 19 deste Termo de Referência.

Não exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte: Não será dado exclusividade para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, visto que o valor estimado da licitação é superior a R\$ 80.000,00, valor limite estabelecido no art. 7º do Decreto nº 8.538/2015.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

A Empresa (nome da empresa) _____, localizada à _____, telefone: _____, e-mail: _____, representada pelo Sr. _____, cargo: _____, propõe prestar os serviços estipulados no Edital à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, utilizando o percentual de desconto de ____ % (_____) sobre os preços da tabela do SINAPI.

ITEM	DESCRIÇÃO	MUNÍCIOPIO	PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DO SINAPI (EM %)
1	Prestação dos serviços de manutenção predial e reformas estabelecidas nas planilhas de serviços e insumos diversos, descritos nas tabelas SINAPI para a Sede da 7ª Superintendência da CODEVASF	Teresina – PI	_____ %

Cidade (UF), dede 2021.

NOME/ASSINATURA
REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
CPF
CARIMBO DA EMPRESA



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ANEXO III

ORDEN DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E REFORMAS

OS NÚMERO: _____ Nota de Empenho nº _____

DATA DE EMISSÃO: ____ / ____ / ____

FISCAL DO CONTRATO: _____

REQUISITANTE DO SERVIÇO: _____

LOCAL DA EXECUÇÃO: _____

SERVIÇO A SER EXECUTADO:

☐ Emergencial☐ Plano de manutenção-PM – Indicar item do plano ()

ITEM	CÓDIGO SINAPI	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

TEMPO PREVISTO PARA EXECUÇÃO: _____

TEMPO GASTO PARA EXECUÇÃO: _____

DOCUMENTOS ANEXOS: _____

Recibo da Contratada:

Assinatura e carimbo do fiscal do contrato_____
Assinatura do repres. da Contratada

Data: ____ / ____ / ____



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ANEXO IV

PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO

Este plano deverá ser elaborado pela Contratada 30 dias após a assinatura do contrato e suas renovações, adotando todas as rotinas de manutenção **preventiva e corretiva** padronizadas em todos os sistemas, instalações e equipamentos contidos neste Termo de Referência. O plano básico de manutenção será apresentado ao Fiscal/Gestor do Contrato para sua avaliação e aprovação, conforme modelo a seguir:

Plano Básico de Manutenção			
1. Manutenção Preventiva:			
1.1. Elementos Estruturais:			
2. Manutenção Corretiva:			
2.2. Elementos Estruturais:			



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VISITA

EMPRESA: _____

CNPJ: _____ TELEFONE: _____

E-mail: _____

ENDEREÇO: _____

Declaro ter vistoriado os locais onde serão executados os serviços de manutenção predial, inteirando-me por completo das condições estipuladas no edital nº ____/2021 e especificações técnicas desta licitação.

Cidade(UF), ____ de _____ de 2021 .

Nome, assinatura e número de identidade do representante da LICITANTE



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ANEXO VI

DETALHAMENTO DO BDI – SERVIÇOS

CODEVASF
DETALHAMENTO DO BDI

QUADRO - PO - XV	EDITAL	MANUTENÇÃO PREDIAL
NOME DO LICITANTE:		

ITEM	COMPOSIÇÃO	TAXA %
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (A)	3,00
2	IMPOSTOS E TAXAS (I) . ISS . PIS . COFINS . CPRB (CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O LUCRO BRUTO)	11,15 3,00 0,65 3,00 4,50
3	TAXA DE RISCO (R)	0,97
4	SEGURO E GARANTIA (S)	0,80
5	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	0,88
6	Lucro (L)	6,74
	T O T A L	26,97%

Considerações: Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário – DOU nº 144 em 04 de outubro de 2013.

(*) BDI (%) = (((1+AC+R+S)*(1+DF)*(1+L))(1-I))-1

Tipo da Obra: Simples, em condições favoráveis, com execução em ritmo adequado